

Projeto de Lei 8035 / 2010
Plano Nacional de Educação 2011-2020

Sinproja, Jaboatão dos Guararapes, PE

27 de maio de 2011

Paulo Rubem Santiago - Deputado Federal PDT - PE

www.paulorubem.com.br

**Titular da Comissão de Educação e Cultura e da
Comissão Especial do PNE
Relator Setorial para o Financiamento da Educação**

A Educação na Constituição da República Federativa do Brasil

1. Educação é Direito Social (**6 o.**)
2. Formação para a Cidadania, a Integralidade e o Trabalho (**205**)
3. Os princípios constitucionais (**206**)
4. O dever da União, dos Estados, do DF e dos Municípios (**211**)
5. O mínimo de recursos nos três níveis (**212**)
6. O Plano Nacional de Educação (**214**)
7. As sub-vinculações de receitas para a educação básica (**EC s 14 e 53**)
8. Regulamentação do FUNDEB (**Lei 11.494 de 2007**)
8. O Piso Salarial Nacional e as Carreiras
(**Lei 11.738 de 2008**)
9. O Fim da **DRU** e a definição de **% do PIB** para a educação (**EC 59**)

As ferramentas para um Sistema Nacional de Educação Básica com Qualidade

1988 – CF : Princípios, Competências e Financiamento

1996 – LDB - Diretrizes e Bases

2001 – Lei 10.172, Plano Nacional de Educação

FUNDEF / FUNDEB– EC 14 e Lei 9424 de 1996/
EC 53 e Lei 11.494 de 2007

16 de julho de 2008 - Lei do Piso Salarial Nacional

O Fim da DRU na Educação

The logo for Ipea, consisting of the lowercase letters 'ipea' in a white, sans-serif font. A thick, curved line in shades of green and yellow starts under the 'i' and sweeps under the 'a', ending under the 'e'.

Comunicado do Ipea nº 66

PNAD 2009: Primeiros Resultados

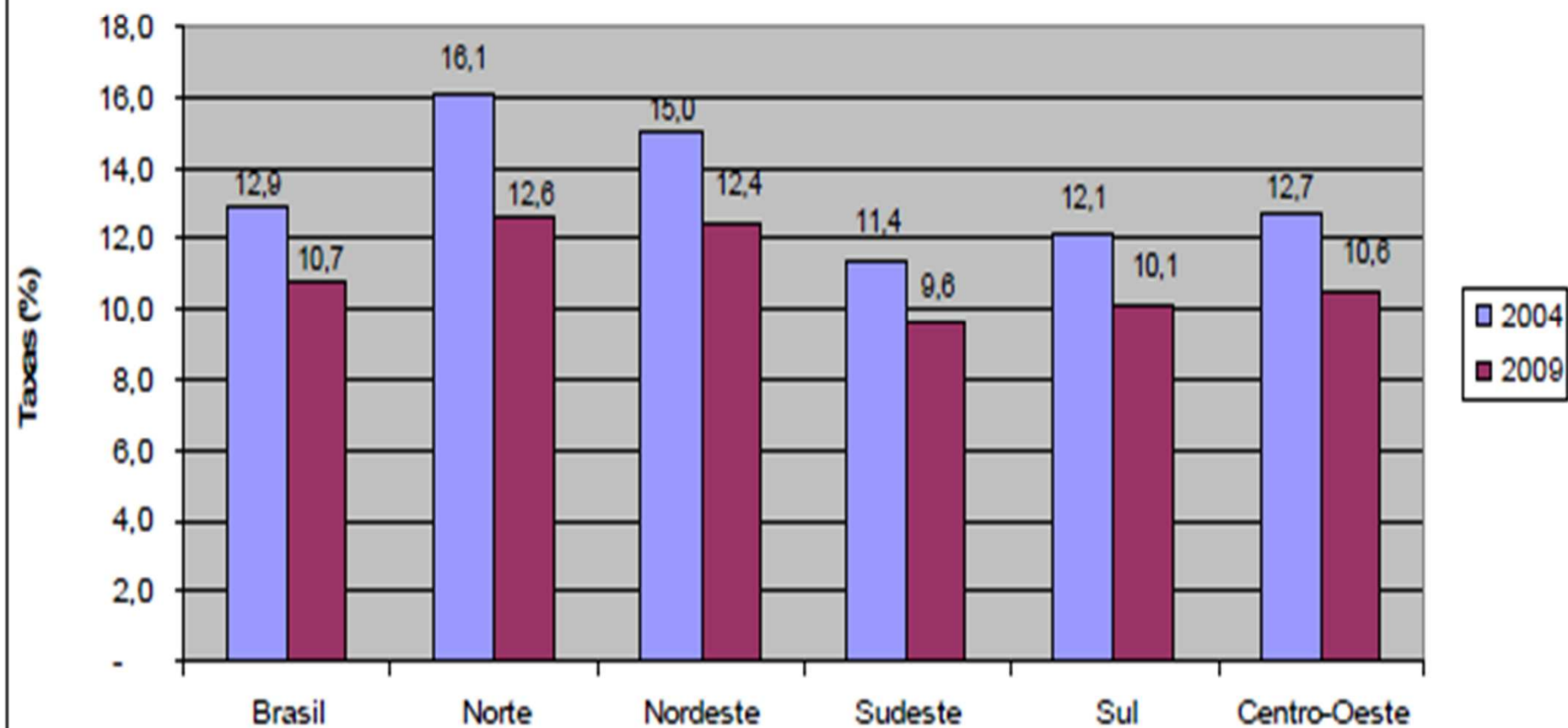
**SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
AVANÇOS E PROBLEMAS**

Brasília

18 de novembro de 2010

Gráfico 5

Proporção de analfabetos funcionais na população de 15 anos ou mais -
Brasil e Grandes Regiões - 2004 e 2009



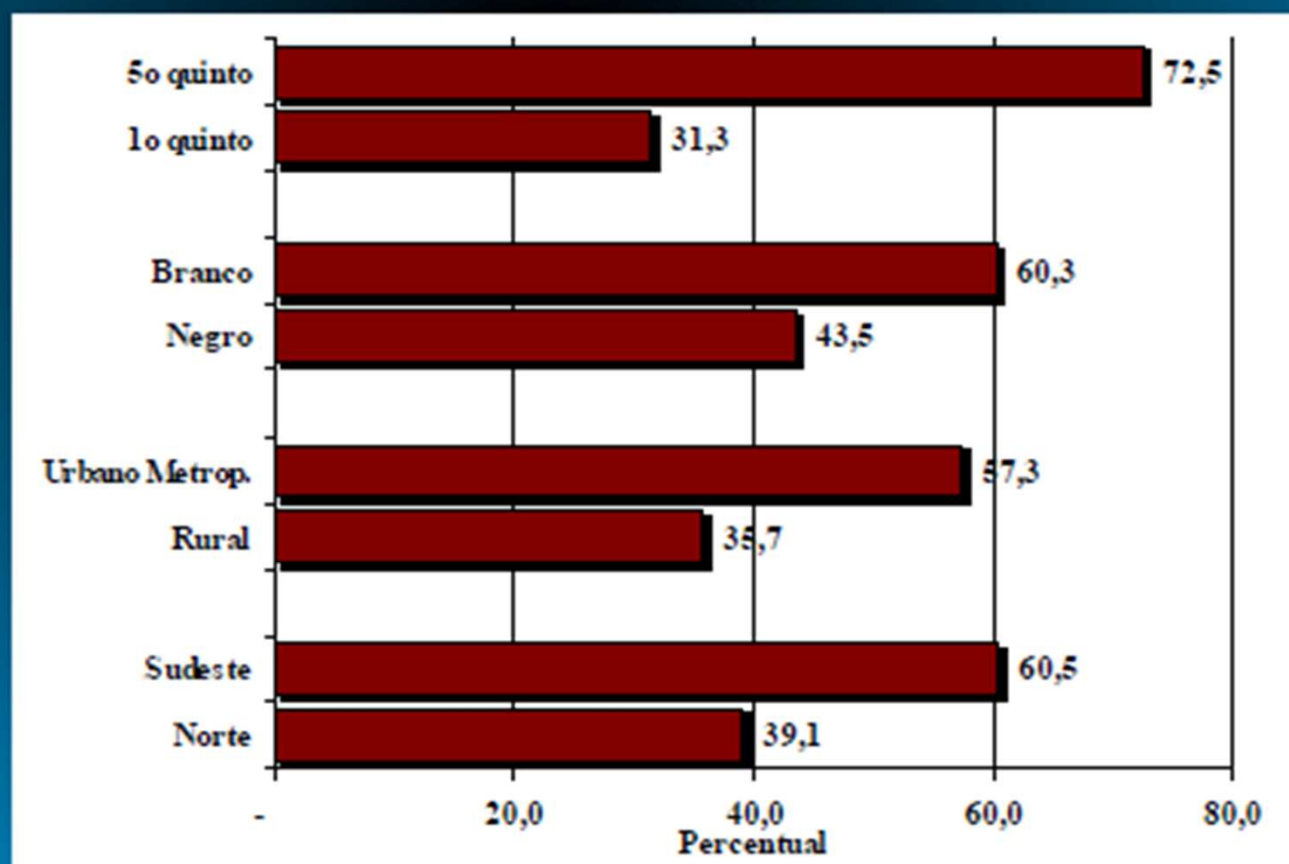
Fonte: PNAD/IBGE

Elaboração: Ipea

Gráfico 14

Taxa de Frequência líquida segundo categorias selecionadas, 2009

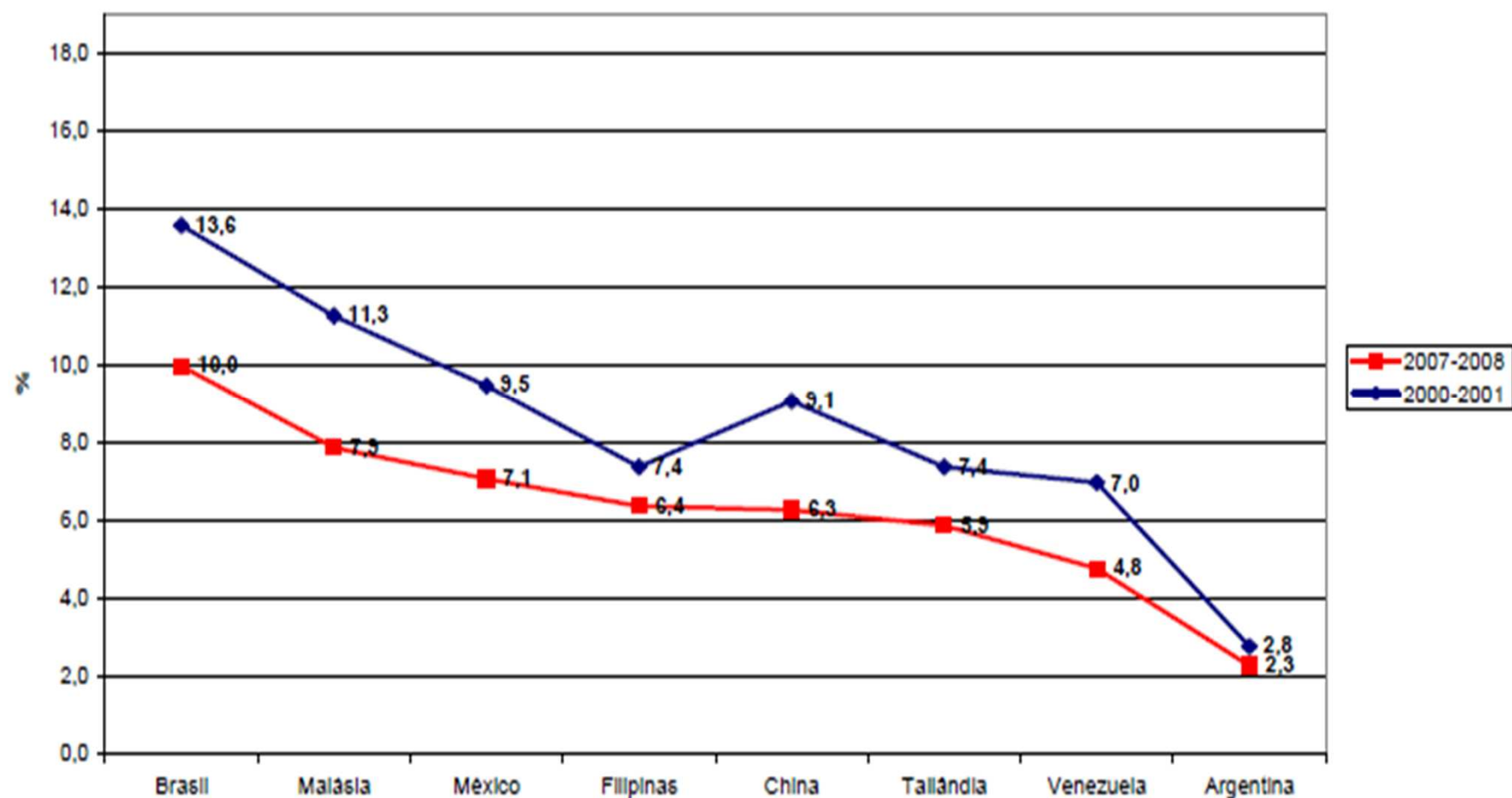
(A)
15 a 17 anos de idade



Fonte: PNAD Microdados 1992 a 2009 (Elaboração Ipea)

Gráfico 10

Taxas de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade - Brasil e países selecionados



Fontes: Unesco e Banco Mundial

Elaboração: Ipea

Boletim de Políticas Sociais do Ipea
Número 19 – **Educação** - Maio de 2011
(www.ipea.gov.br)

*Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas
Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais
Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas*

POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise

*Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas
Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais
Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas
Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais
Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas
Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais
Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas
Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais
Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas
Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais Políticas Sociais*



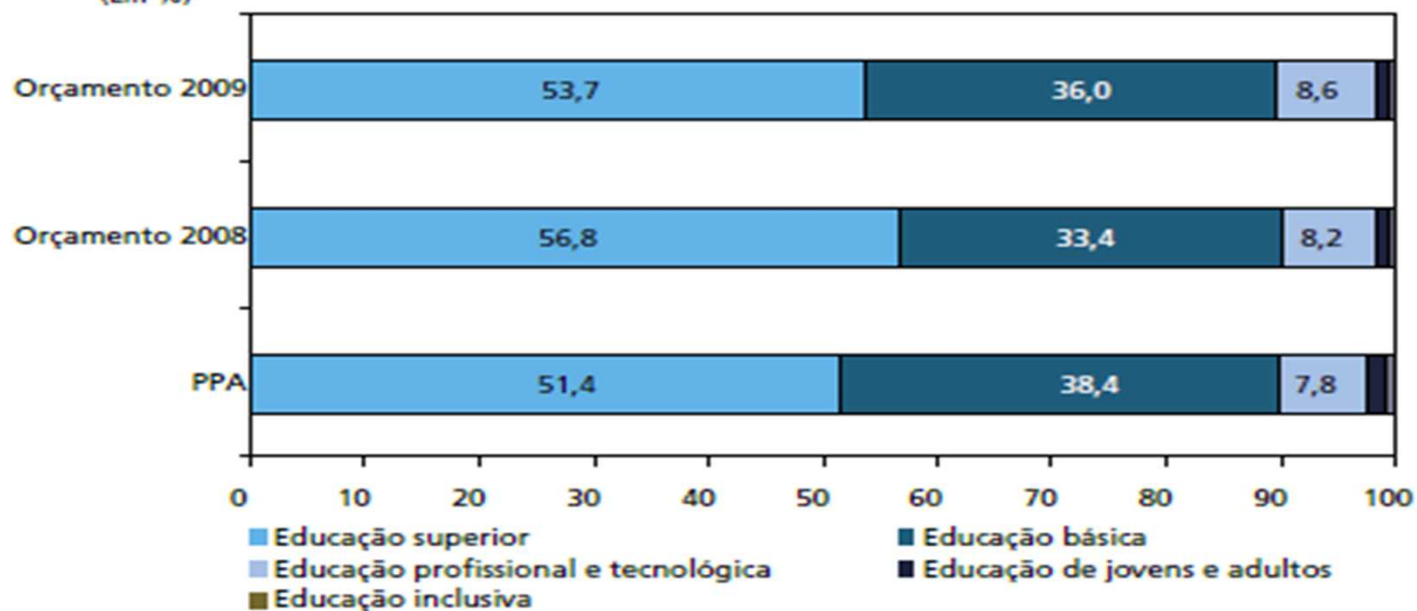
Boletim de Políticas Sociais No. 19

Ipea, Educação (1)

GRÁFICO 1

Participação relativa dos diversos níveis e modalidades de ensino na composição do PPA 2008-2011 e nos orçamentos aprovados – 2008-2009

(Em %)



Fonte: PPA 2008-2011 (Lei nº 11.653/2008) e Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

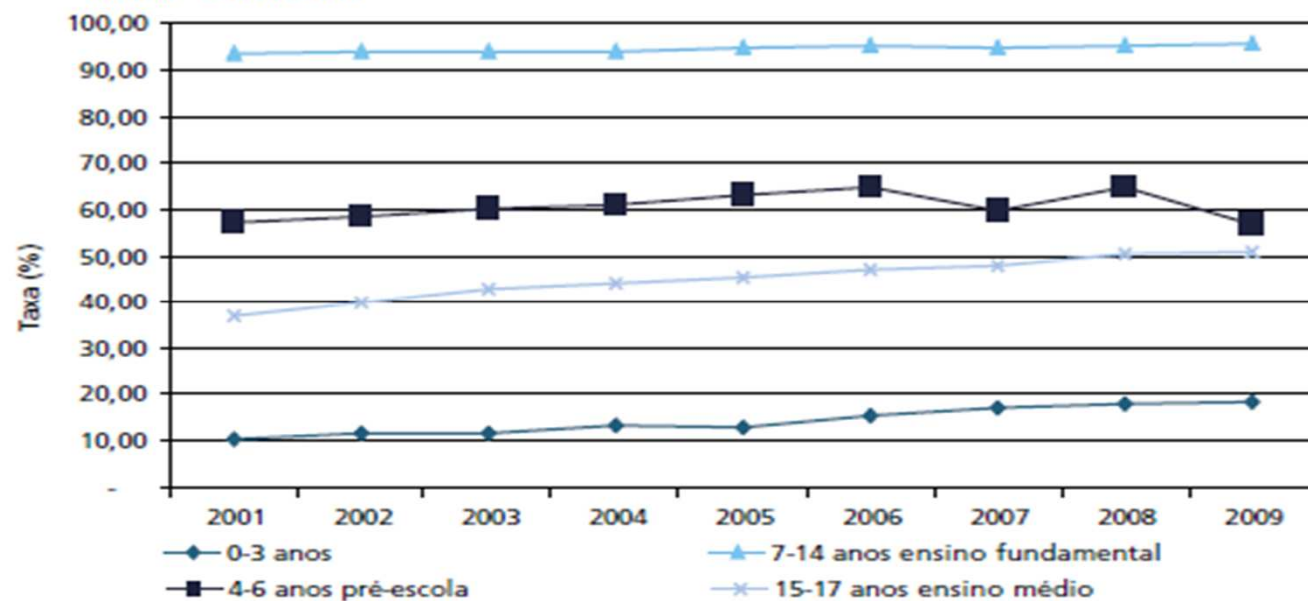
Elaboração: Disoc/Ipea.

Boletim de Políticas Sociais No. 19

Ipea, Educação (2)

GRÁFICO 2

Taxa de frequência líquida à escola, por faixa etária e etapa da educação básica – Brasil – 2001-2009



Fonte: Núcleo de Informações Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)/Ipea, a partir dos microdados do Censo Escolar.

Elaboração: Disoc/Ipea.

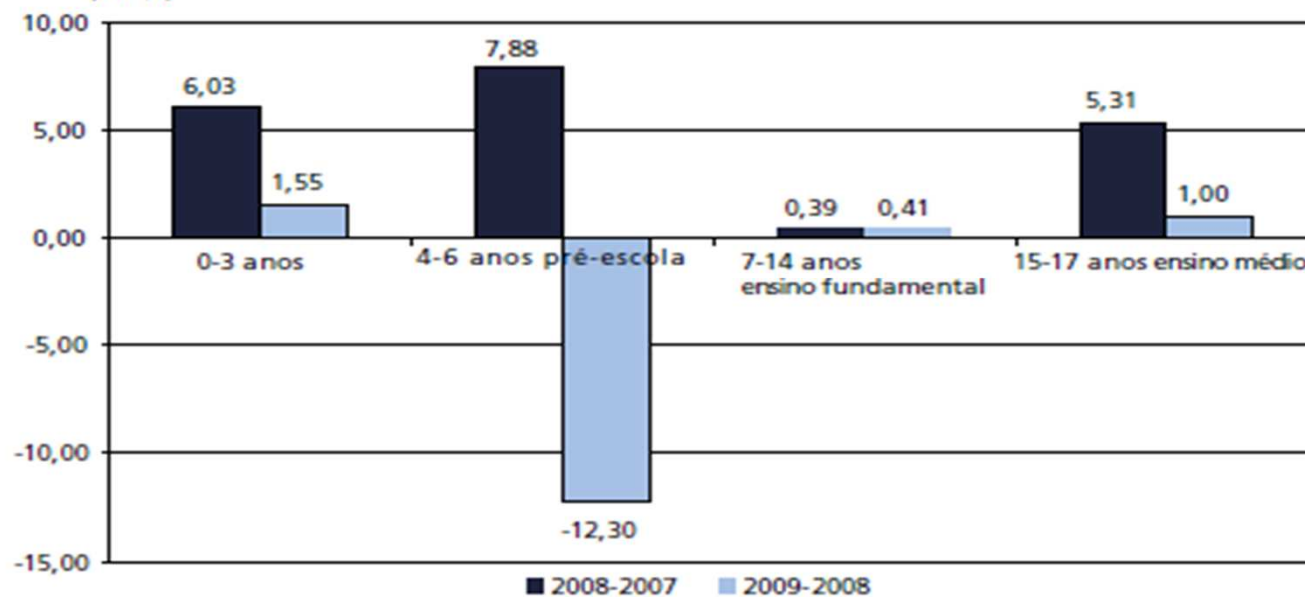
Boletim de Políticas Sociais No. 19

Ipea, Educação (3)

GRÁFICO 3

Varição da taxa de frequência líquida à escola, por faixa etária e etapa da educação básica – Brasil, 2008-2007 e 2009-2008

(Em %)

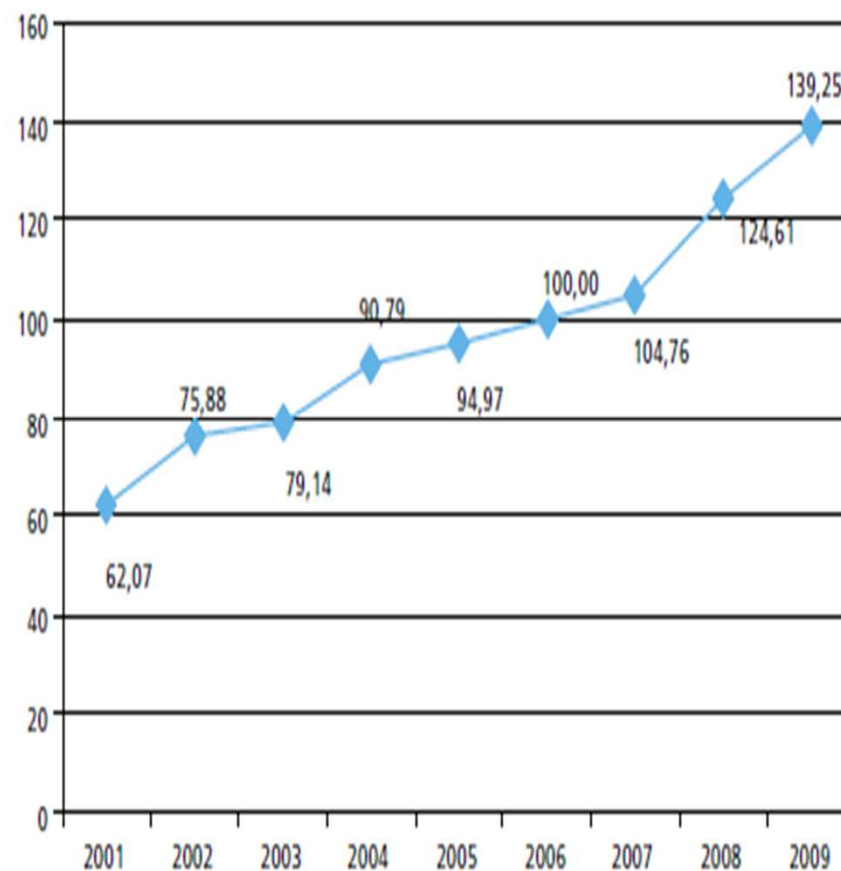


Fonte: Núcleo de Informações Sociais da Disod/Ipea, a partir dos microdados do Censo Escolar.
Elaboração: Disod/Ipea.

As matrículas contabilizadas em 2009 na educação profissional de nível técnico, concomitante ou subsequente ao ensino médio, ultrapassaram a marca de 1 milhão.¹² Esse desempenho recorde representa um avanço de 39% em relação ao total de matrículas dessa modalidade verificado em 2006, ano-base adotado pelo PPA 2008-2011 para fins de comparação. Este avanço tem sido expressivo ao longo da década, como mostra o gráfico 4.

GRÁFICO 4

Evolução do número-índice de matrículas iniciais na educação profissional de nível técnico – Brasil, 2001-2009



Fonte: Núcleo de Informações Sociais/Disoc/ipea, a partir dos microdados do Censo Escolar.

TABELA 2
Taxa de Analfabetismo por categorias selecionadas – população de 15 anos ou mais –
2004-2009
 (Em %)

Categorias	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	11,45	11,13	10,47	10,09	9,96	9,70
Norte	12,71	11,55	11,30	10,84	10,73	10,57
Nordeste	22,43	21,89	20,73	19,93	19,41	18,69
Sudeste	6,62	6,58	6,01	5,78	5,81	5,68
Sul	6,29	5,93	5,70	5,47	5,45	5,46
Centro-Oeste	9,18	8,90	8,25	8,05	8,18	7,99
Localização						
Urbano metropolitano	5,17	5,01	4,42	4,42	4,35	4,37
Urbano não metropolitano	10,81	10,48	9,93	9,48	9,36	9,10
Rural	25,88	25,10	24,27	23,42	23,51	22,75
Sexo						
Masculino	11,67	11,38	10,75	10,34	10,16	9,83
Feminino	11,25	10,91	10,22	9,86	9,78	9,59
Raça ou cor						
Branca	7,23	7,05	6,55	6,16	6,24	5,94
Negra	16,27	15,51	14,66	14,20	13,63	13,42
Faixa etária						
15 a 24 anos	3,18	2,88	2,44	2,22	2,16	1,93
25 a 29 anos	5,89	5,78	4,80	4,44	4,18	3,63
30 a 39 anos	8,01	7,80	7,27	6,66	6,64	6,42
40 anos ou mais	19,70	19,11	18,04	17,34	16,86	16,53

Fonte: PNAD/IBGE.
 Elaboração: Disod/lpea.

Boletim de Políticas Sociais No. 19

Ipea, Educação (4)

TABELA 3
Número de matrículas na EJA

	2008	2009	Variação (%)
EJA ensino fundamental	3.295.240	3.094.524	-6,1
EJA ensino médio	1.650.184	1.566.808	-5,1
EJA total	4.945.424	4.661.332	-5,7

Fonte: Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED/INEP/MEC).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

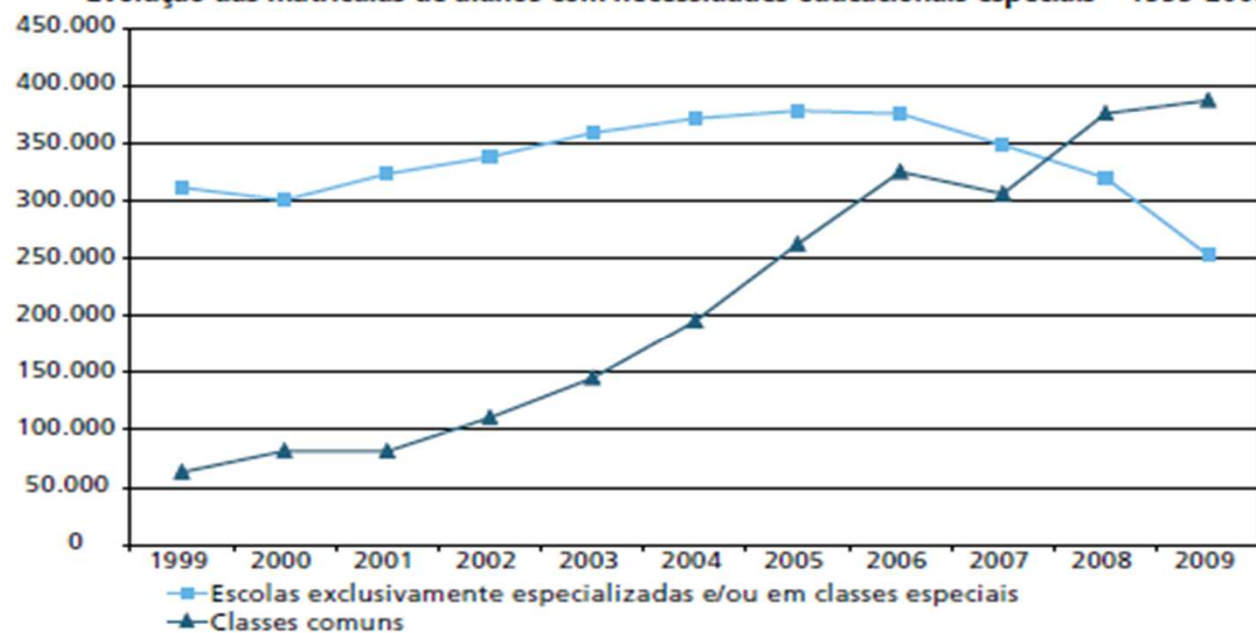
Inclui matrículas na EJA presencial, semipresencial e integrada à educação profissional.

Boletim de Políticas Sociais No. 19

Ipea, Educação (5)

GRÁFICO 5

Evolução das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais – 1999-2009



Fonte: DEED/INEP/MEC.

Elaboração: Disoc/Ipea.

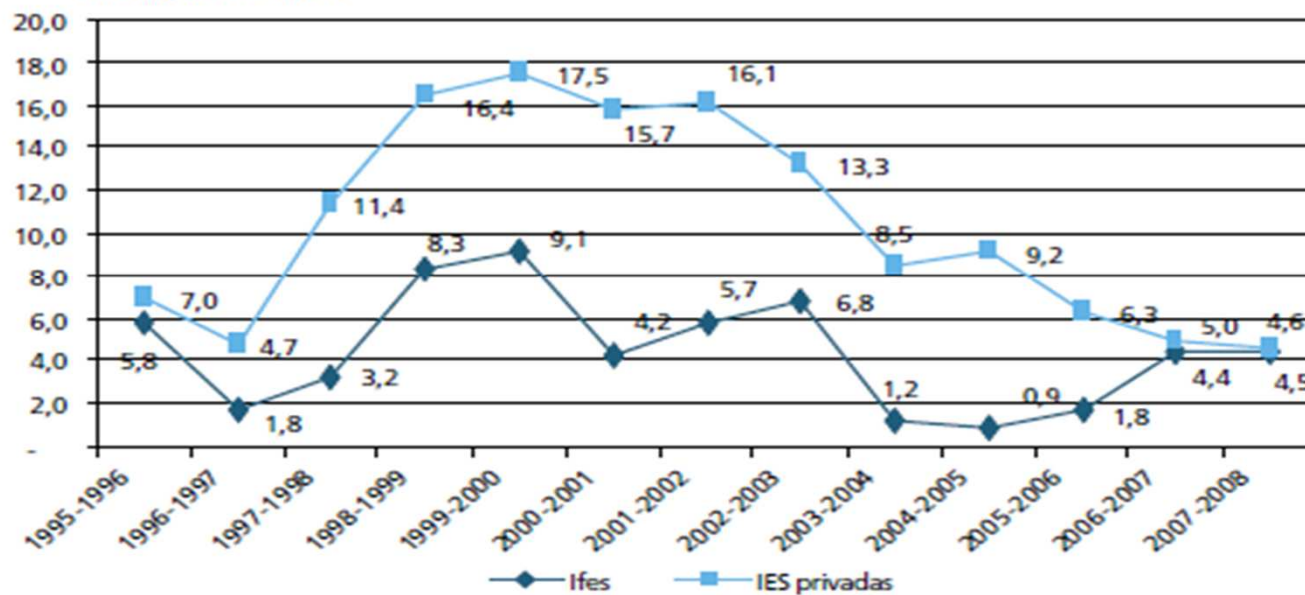
Obs.: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

Boletim de Políticas Sociais No. 19

Ipea, Educação (6)

GRÁFICO 6

Taxas de crescimento das matrículas no ensino de graduação – Ifes e IES privadas – Brasil, 1995-2008



Fonte: INEP/MEC.
Elaboração: Disoc/Ipea.

Boletim de Políticas Sociais No. 19

Ipea, Educação (7)

4 DESAFIOS

Apesar de a educação constar do texto constitucional como direito de todos, sabe-se que parcela considerável da população brasileira não tem, de fato, esse direito assegurado. Residentes em áreas rurais, pretos e pardos, adultos e idosos e os pobres de uma maneira geral sofrem algum tipo de restrição ao acesso e à permanência com sucesso nos sistemas de ensino. Apesar de serem vários os desafios educacionais que se apresentam à sociedade brasileira, optou-se por tratar de dois deles.

O primeiro desafio, que é o de assegurar a todos os brasileiros o direito de ler e escrever, esbarra no legado do passado agrário-exportador e escravocrata que marcou a constituição da nação brasileira. Os esforços até então empreendidos têm sido insuficientes no que se refere, por exemplo, a ampliação da oferta e mobilização do público-alvo. No primeiro caso, é sintomático que as taxas de analfabetismo sejam maiores justamente no âmbito em que a oferta se mantém reduzida. Por sua vez, a baixa frequência de adultos e idosos em cursos de alfabetização evidencia, em parte, a incipiente mobilização deste público-alvo.

Heranças e Atraso econômico

Escravidão



Economia primária e mão de obra abundante



Boletim de Políticas Sociais No. 19

Ipea, Educação (8)

O segundo desafio trata de fazer valer o que foi estabelecido pela EC nº 59, que ampliou a obrigatoriedade para a faixa de 4 a 17 anos. Além de o ensino fundamental não ter sido plenamente universalizado ao longo das quatro décadas que sucederam sua inclusão no texto da Constituição Federal de 1969, o desafio atual se tornou ainda maior, uma vez que demandará a ampliação da oferta na educação básica em cerca de 3,7 milhões de vagas para assegurar o acesso àqueles que estão fora da escola e, via de regra, se encontram em condições menos favoráveis para tal.

Em que pese o fim da DRU ter reforçado o poder de ação do MEC, das UFs e dos municípios, considera-se que esse aporte adicional de recursos ainda será insuficiente para que seja atingida a meta de 7% do PIB, como proporção do gasto público em educação, incorporada ao projeto de lei do PNE, encaminhado recentemente ao Congresso Nacional. Tal entendimento se deve ao fato de que o montante de cerca de R\$ 10 bilhões que seria subtraído pela DRU em 2009 – antes vigência da EC nº 59 – equivaleria a pouco mais de 0,3% do PIB brasileiro, nesse ano. Portanto, se o patamar atual de gastos em educação atingido pelo Brasil situa-se em torno de 5% do PIB, serão necessárias outras fontes de recursos para o cumprimento da referida meta de gasto.

Relatório do UNICEF

(Fluxo Escolar)

“Folha de São Paulo” de 10 de junho de 2009

“Só metade dos alunos conclui 8^a. série”

Só **53,7%** das crianças e dos adolescentes matriculados no **ensino fundamental** conseguem concluir a 8^a. série(9^o ano).

A realidade é mais grave na **região norte**, onde o índice de concluintes é de **28,7%**.

Relatório do UNICEF (2)

No **Pará**, são **22,3%**, menos da metade da média nacional.

No **ensino médio** a situação é ainda pior: só **50,9%** dos jovens chegam ao final do curso.

No **Amapá** e no **Acre** o percentual é mais baixo: **35,5%** e **37,4%** respectivamente.

Relatório do UNICEF (3)

O **Nordeste** é a região **com o pior indicador do ensino médio**: só **44,6%** de concluintes, percentual próximo do encontrado no Centro-Oeste (44,8%) e do Norte (45,2 %).

Por regiões, os percentuais de conclusão no ensino médio e no ensino fundamental são:

Nordeste – 44,6% (ensino médio)
e 42,8% (ensino fundamental)

Sudeste – 59,7% (ensino médio)
e 70,9% (ensino fundamental)

Sul – 46,9% (ensino médio)
e 62,6% (ensino fundamental)

Norte – 45,2% (ensino médio)
e 28,7% (ensino fundamental)

Centro-Oeste – 44,8% (ensino médio)
e 63,6% (ensino fundamental)

Pernambuco

Matrículas na 1a. série do ensino fundamental

241.781 alunos

Concluintes do ensino fundamental

109.480 alunos (45,3 %)

Matrículas na 1a. série do ensino médio

192.005 alunos

Concluintes do ensino médio – **87.911 (45,8%)**

Homicídio Juvenil e seus determinantes sócio-econômicos
Lisa Biron- Revista Sinais Sociais Jan / Abril 2010- SESC-RJ
Dissertação de Mestrado 2009 – FCE / UERJ

“ O presente trabalho tem por objetivo central investigar, à luz da Teoria Econômica do Crime, **os possíveis determinantes das altas taxas de homicídio entre jovens ocorridos no Brasil entre 2001 e 2005.** (...) Constata-se que aspectos sociais e econômicos exercem influência sobre esta face da criminalidade: os indicadores de **urbanização e desemprego** se colocaram como significativos propulsores, ao passo **que investimentos em educação e cultura se mostraram como importante fator dissuasório da criminalidade.** (,,) Aponta-se, portanto, a evidência de que políticas voltadas à geração de oportunidades para crianças e jovens podem ser mais eficientes no combate ao crime que propriamente ações de curto prazo em segurança “.p.11

Pernambuco é 2º no País no ranking de jovem infrator

Pernambuco só perde para São Paulo quando o assunto é o número de adolescentes que cumprem medida socioeducativa por causa de conflitos com a lei.

Em números absolutos, o Estado tem hoje **1.647** jovens infratores, espalhados por 17 centros.

Supera, inclusive, unidades da Federação como **Minas Gerais**, **que possui uma população de jovens entre 12 e 18 anos** (idade em que a medida de recolhimento é aplicada) **duas vezes maior do que a pernambucana.**

Os dados são da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

“ Jornal do Commercio ”, 16 de maio de 2011

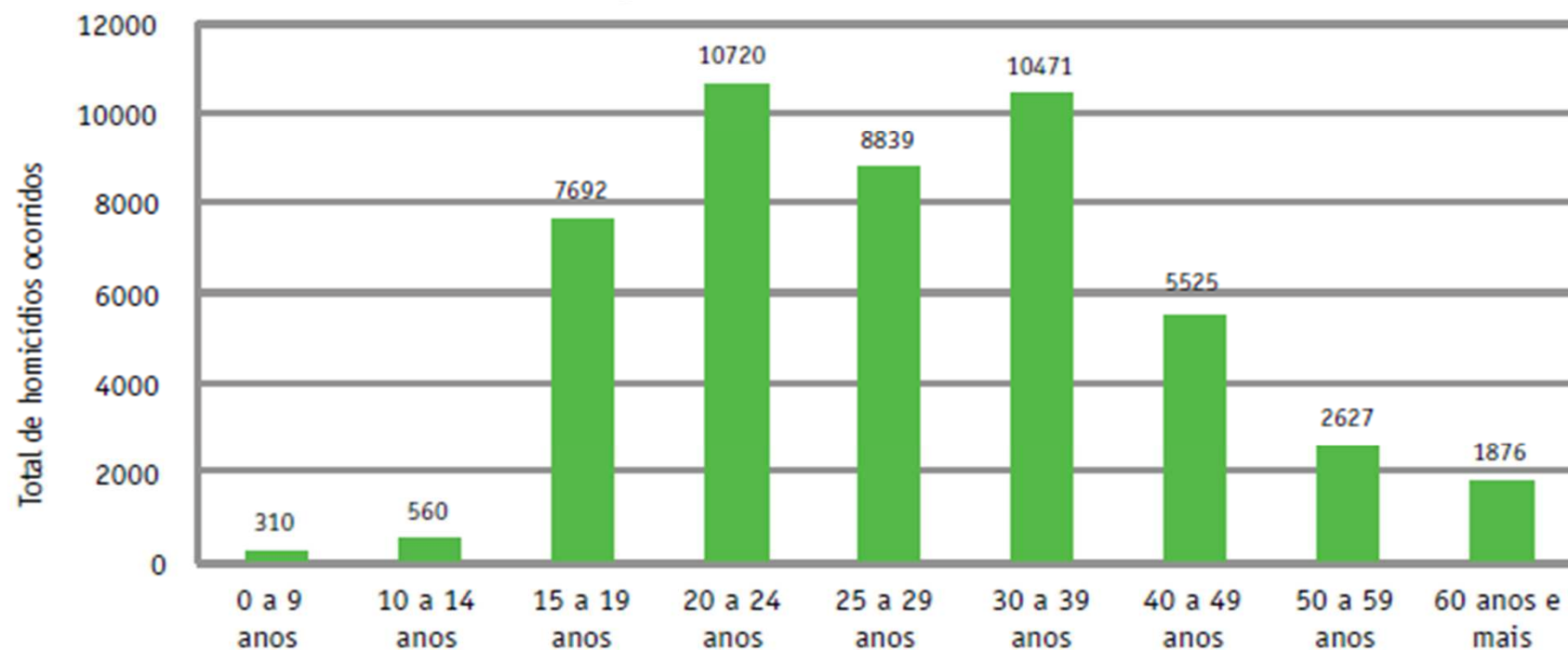
Homicídio Juvenil e seus determinantes sócio-econômicos

Lisa Biron- Revista Sinais Sociais

Jan / Abril 2010- SESC-RJ (1)

Gráfico 1

Distribuição do número de óbitos por homicídio no Brasil, segundo a faixa etária – 2006



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIM. Ministério da Saúde.

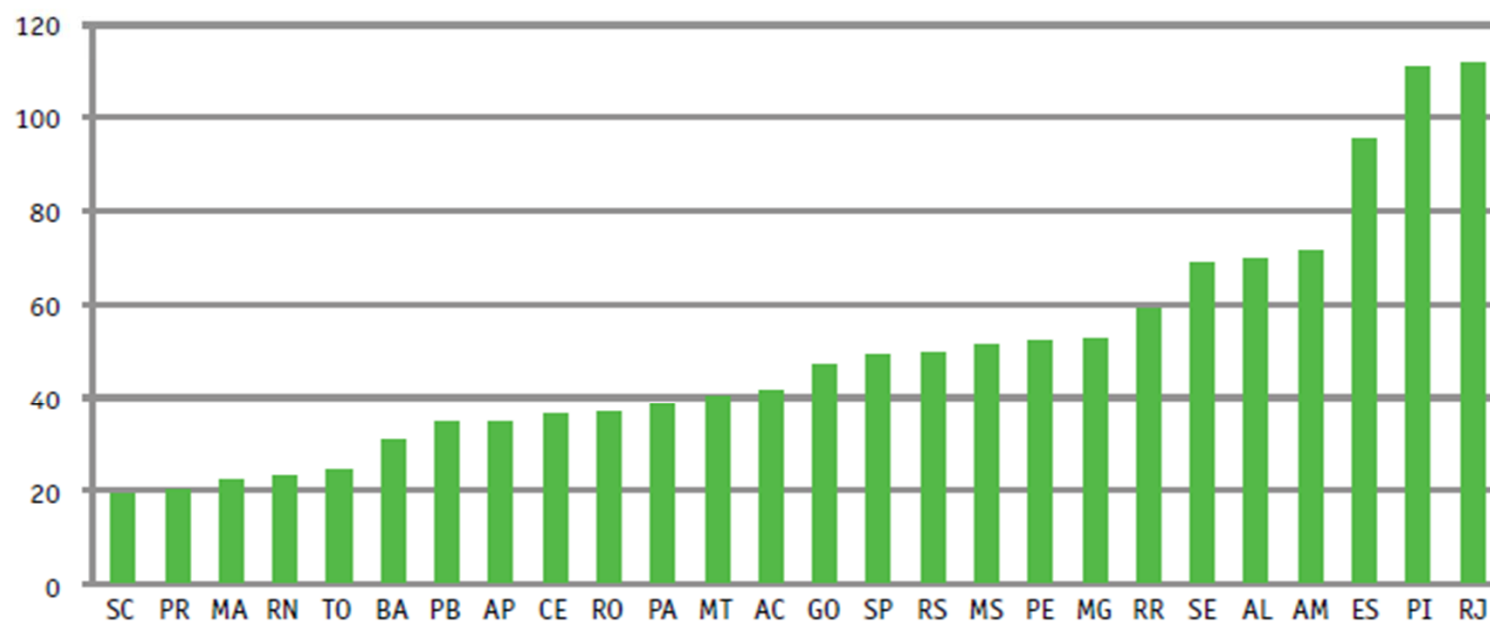
Homicídio Juvenil e seus determinantes sócio-econômicos

Lisa Biron- Revistas Sinais Sociais

Jan / Abril 2010- SESC-RJ (2)

Gráfico 4

Taxa média de homicídios entre jovens, com 15 a 29 anos de idade, por 100 mil habitantes, entre 2001 e 2005, por estado brasileiro



Nota: A linha horizontal, na cor laranja, refere-se à média nacional do período.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Senasp. Ministério da Justiça.

Tabela 4

Mortalidade por causas externas no Brasil, segundo categoria, na população de 15 a 29 anos, por UF - 2006

Unidade da Federação	Acidentes de transporte		Homicídios		Suicídios		Intenção indeterminada		Demais causas externas		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Rondônia	141	29.1	257	53.1	16	3.3	11	2.3	59	12.2	484	1.0
Acre	31	19.3	85	52.8	13	8.1	4	2.5	28	17.4	161	0.3
Amazonas	164	22.3	428	58.2	54	7.3	3	0.4	87	11.8	736	1.5
Roraima	36	31.0	46	39.7	18	15.5	5	4.3	11	9.5	116	0.2
Pará	355	18.9	1,185	63.0	69	3.7	48	2.6	223	11.9	1,880	3.8
Amapá	41	19.3	128	60.4	13	6.1	1	0.5	29	13.7	212	0.4
Tocantins	114	36.7	121	38.9	24	7.7	10	3.2	42	13.5	311	0.6
Maranhão	321	29.0	527	47.6	65	5.9	32	2.9	161	14.6	1,106	2.2
Piauí	286	42.8	240	35.9	53	7.9	14	2.1	76	11.4	669	1.4
Ceará	613	30.5	941	46.9	163	8.1	67	3.3	223	11.1	2,007	4.1
Rio Grande do Norte	197	28.3	234	33.6	51	7.3	140	20.1	74	10.6	696	1.4
Paraíba	280	30.9	458	50.6	42	4.6	17	1.9	109	12.0	906	1.8
Pernambuco	552	15.3	2,616	72.6	112	3.1	103	2.9	222	6.2	3,605	7.3
Alagoas	186	14.4	980	76.0	36	2.8	2	0.2	85	6.6	1,289	2.6
Sergipe	142	24.4	334	57.5	28	4.8	30	5.2	47	8.1	581	1.2
Bahia	588	17.1	1,947	56.6	127	3.7	391	11.4	387	11.3	3,440	7.0
Minas Gerais	1,252	27.1	2,408	52.1	326	7.1	240	5.2	398	8.6	4,624	9.3
Espirito Santo	303	20.9	982	67.9	43	3.0	22	1.5	97	6.7	1,447	2.9
Rio de Janeiro	997	17.2	4,076	70.3	89	1.5	352	6.1	282	4.9	5,796	11.7
São Paulo	2,580	29.6	4,285	49.1	527	6.0	472	5.4	859	9.8	8,723	17.6
Paraná	1,040	32.1	1,706	52.7	193	6.0	55	1.7	245	7.6	3,239	6.5
Santa Catarina	774	54.8	321	22.7	106	7.5	29	2.1	183	13.0	1,413	2.9
Rio Grande do Sul	661	29.9	980	44.3	239	10.8	99	4.5	234	10.6	2,213	4.5
Mato Grosso do Sul	233	33.3	315	45.0	78	11.1	13	1.9	61	8.7	700	1.4
Mato Grosso	267	30.9	427	49.5	44	5.1	38	4.4	87	10.1	863	1.7
Goiás	512	32.3	825	52.1	93	5.9	41	2.6	113	7.1	1,584	3.2
Distrito Federal	156	23.8	399	60.9	46	7.0	1	0.2	53	8.1	655	1.3
Total	12,822	25.9	27,251	55.1	2,668	5.4	2,240	4.5	4,475	9.0	49,456	100.0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do SIM. Ministério da Saúde.

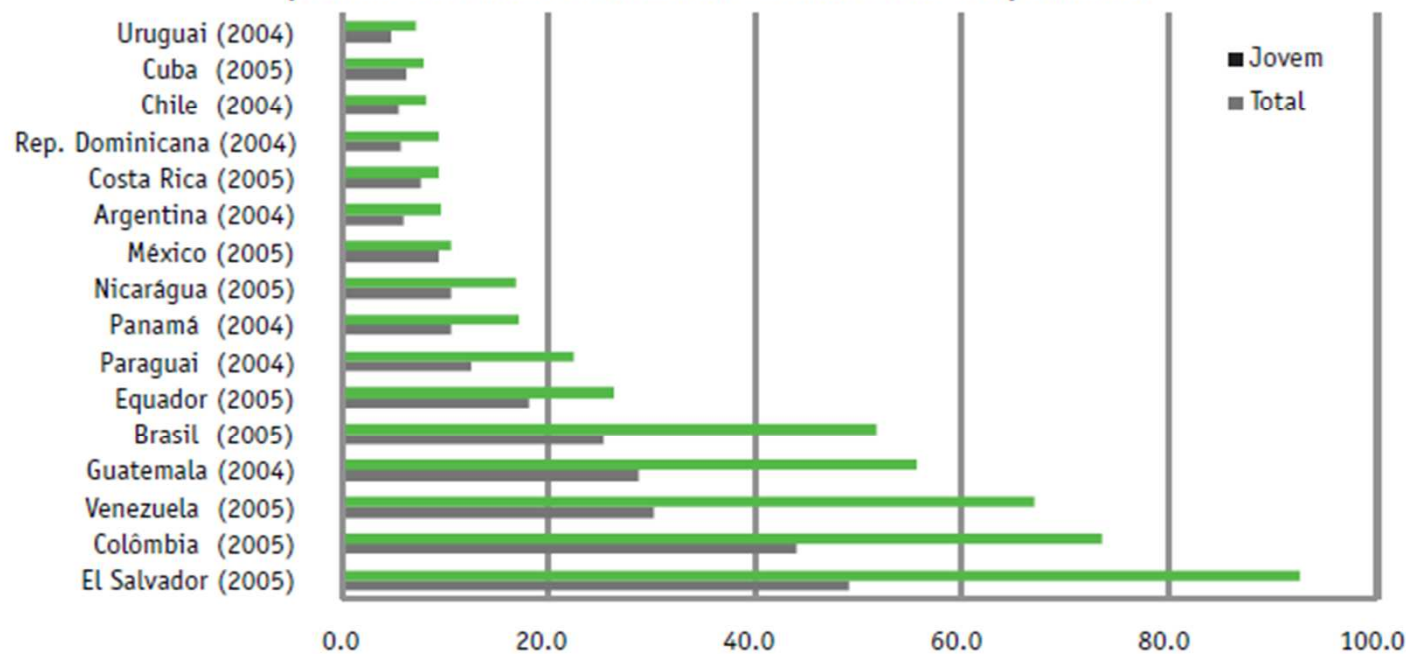
Homicídio Juvenil e seus determinantes sócio-econômicos

Lisa Biron- Revistas Sinais Sociais

Jan / Abril 2010- SESC-RJ (3)

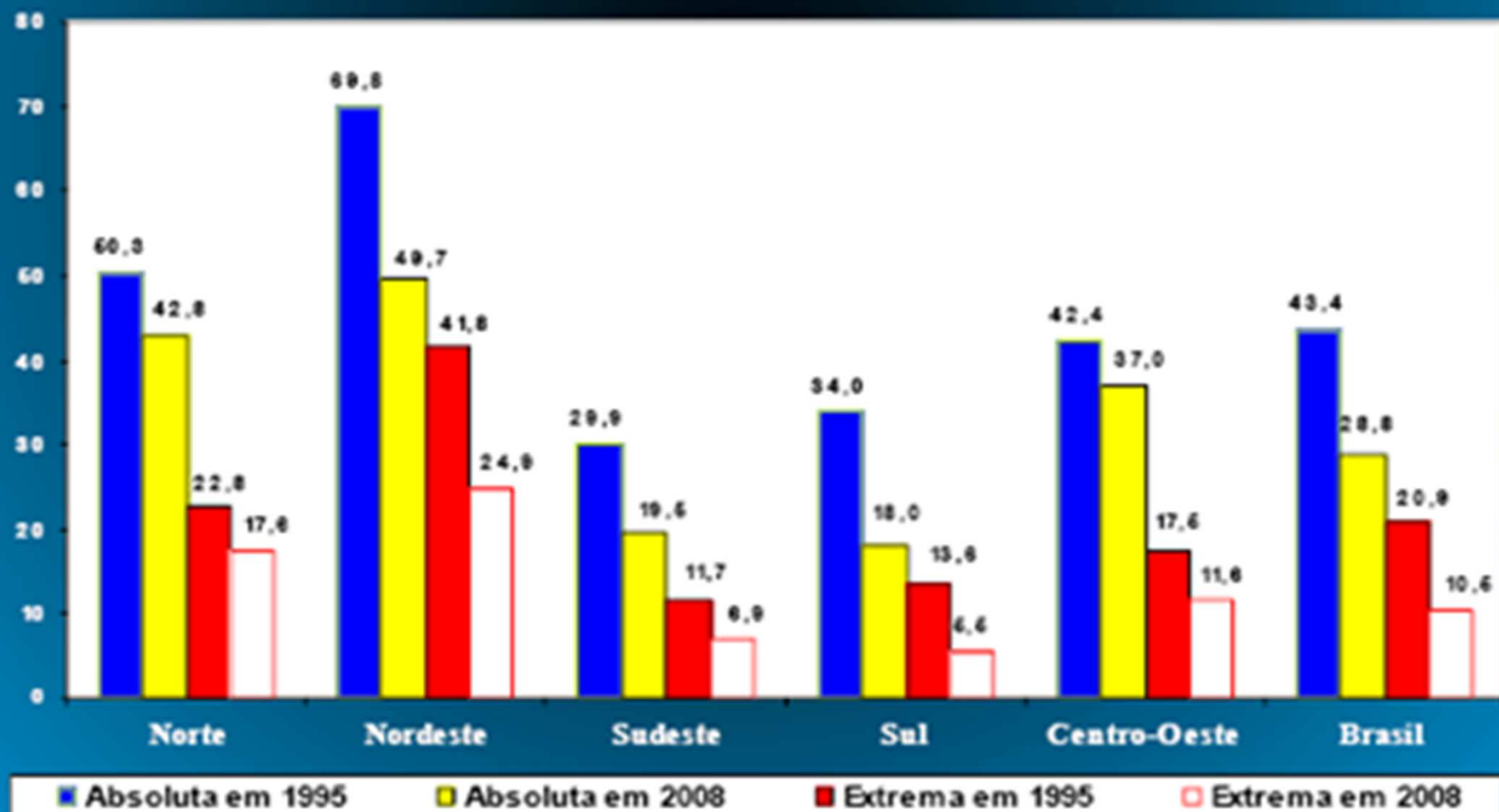
Gráfico 2

Taxas de homicídio na população total e entre jovens, nos países da América Latina. Último ano disponível



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponíveis em WAISELFISZ (2008).

Gráfico 3 – Taxas de pobreza absoluta e extrema nas grandes regiões em 1995 e 2008 (em %)

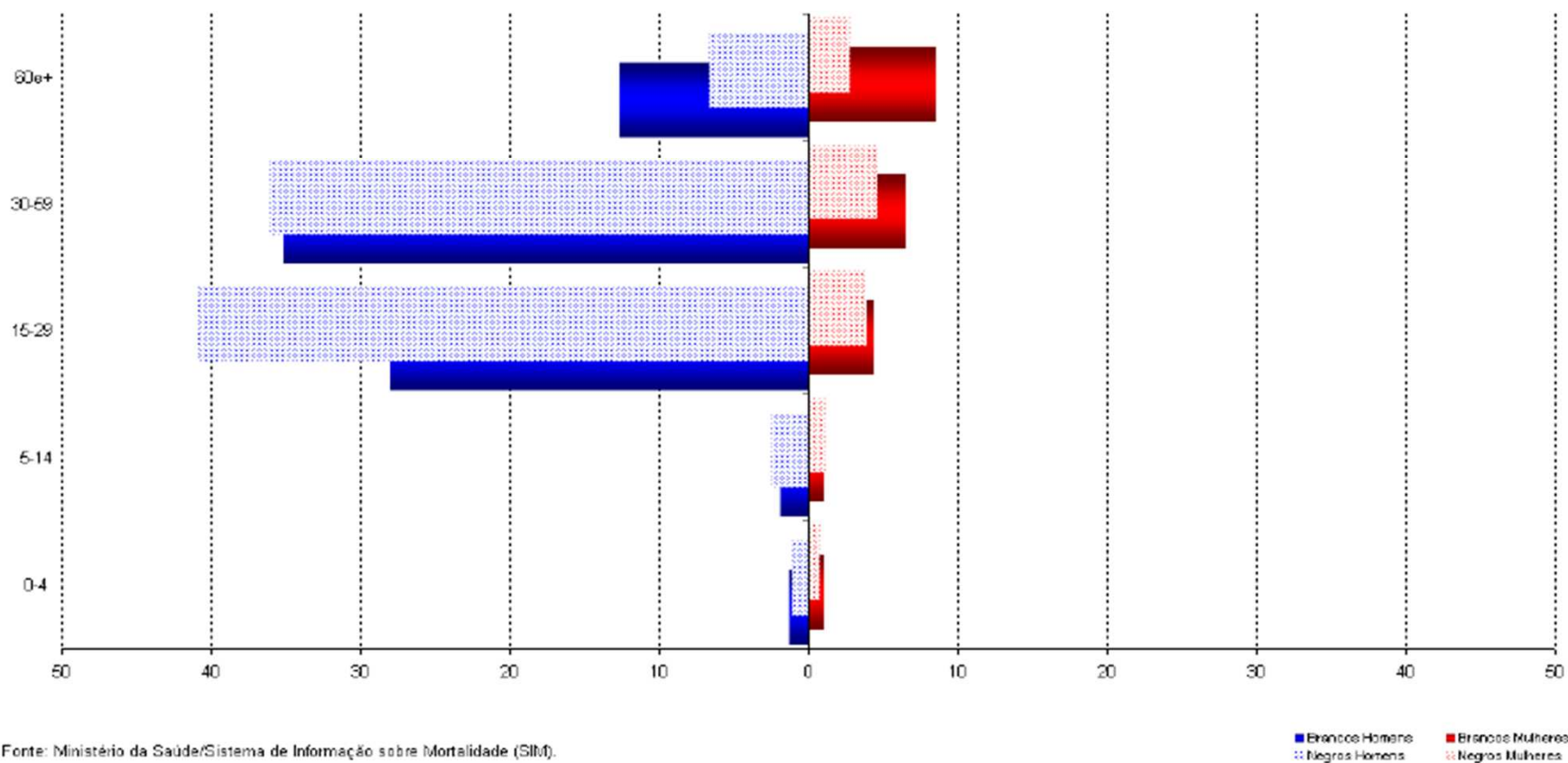


Fonte: IBGE - PNAD (Elaboração Ipea)

Mortes por causas externas atingem mais jovens negros

Ipea, Comunicado 91, 16 de maio de 2011

GRÁFICO 11
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS ÓBITOS DEVIDO ÀS CAUSAS EXTERNAS POR RAÇA E SEXO
BRASIL, 2007 (MÉDIAS MÓVEIS)



Fonte: Ministério da Saúde/Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

2011 : República Federativa do Brasil

322 anos como Colônia

67 anos como Império

122 anos como República

Século XX

1932 : Voto das mulheres

1988 : Voto dos analfabetos

2006 : Primeiro Fundo para a Educação Básica

(**117 anos após a proclamação da República !!!!!**)

Plano Nacional de Educação

(Artigo 214 da Constituição Federal)

A lei estabelecerá **o plano nacional de educação**, de duração plurianual, visando a articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à :

I – erradicação do analfabetismo

II – universalização do atendimento escolar

III – melhoria da qualidade do ensino

IV – formação para o trabalho

V – promoção humanística, científica e tecnológica

Projeto de Lei 8035/2010 (1)

Art. 2º

São diretrizes do PNE - 2011/2020:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - formação para o trabalho;
- VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;

Projeto de Lei 8035 de 2010 (2)

VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação **como proporção do produto interno bruto;**

IX - valorização dos profissionais da educação; e

X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Projeto de Lei 8035 de 2010 (3)

Vinte metas

- * Universalizar de 0 a 05 anos (**2016**). Ir a **50%** de 0- 03 anos (2020)
 - * Universalizar **EF** de 09 anos **para todos** dos 06 aos 14 anos
 - * Universalizar de 15 a 17 anos (2016) e ter taxa líquida de matrículas de **85%** (2020)
- * Universalizar de 04 a 17 anos para estudantes com deficiência ...
 - * Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, **08 anos**
 - * Tempo integral em **50%** das escolas de educação básica

Projeto de Lei 8035 de 2010 (4)

* Médias para o Ideb

Anos iniciais EF (2011) – 4,6 / (2020) – 6.0

Anos finais EF (2011) – 3,9 / (2020) – 5.5

Ensino Médio (2011) – 3.7 / (2020) – 5.2

* Elevar escolaridade média da população

18 a 24 anos

12 anos de estudo para o campo, menor escolaridade e 20% mais pobres

Igualar escolaridade média entre brancos e negros

* **Elevar a taxa de alfabetização**

Quinze anos ou mais – 93,5 % até 2015

Erradicar o analfabetismo até 2020

Reduzir em 50% o analfabetismo funcional até 2020

IDEB : Entenda as metas de qualidade

O **Ideb** foi criado pelo Inep em 2007 (escala de zero a dez), sintetizando-se os dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil.

Foram estabelecidas **metas bienais** de qualidade para o País, para escolas, municípios e unidades da Federação.

O Brasil deverá atingir a **média** dos países da OCDE progredindo de **3,8** (2005) na primeira fase do ensino fundamental, para **6,0** em 2022, ano do bicentenário da Independência (**médias nacionais**).

Boletim de Políticas Sociais No. 19

Ipea - Educação - Maio de 2011

MAPA 1

Evolução do cumprimento das metas do IDEB nas UFs

4ª Série/5º ano
Ensino fundamental



8ª Série/9º ano
Ensino fundamental



3ª Série
Ensino médio



Fonte: Dados divulgados pelo INEP.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: ■ a UF cumpriu tanto a meta de 2007 como a de 2009.

■ a UF cumpriu a meta de 2009, mas não havia cumprido a de 2007.

■ a UF deixou de cumprir a meta de 2009, sendo que havia alcançado a de 2007.

■ a UF não cumpriu nem a meta de 2007, nem a de 2009.

Projeto de Lei 8035 de 2010 (5)

- * No mínimo **25%** das matrículas de **EJA** integradas à educação profissional nos anos finais do EF e EM
- * **Duplicar** matrículas de educação profissional técnica de nível médio
- * Elevar taxa bruta de matrícula na educação superior para **85%** e a taxa líquida para **33%** dos 18 aos 24 anos
- * Ampliar atuação de mestres e doutores para **75%** do corpo docente, sendo **35%** de doutores
- * Elevar matrículas na pós, com a titulação anual de **60 mil** mestres e **25 mil** doutores
- * Todos os professores da educação básica **com formação superior em licenciatura**, em regime de colaboração

Projeto de Lei 8035 de 2010 (6)

- * Formar **50%** dos professores da educação básica com pós-graduação lato e strictu sensu com formação continuada
- * Valorizar o magistério. **Aproximar o rendimento médio do profissional com mais de onze anos do rendimento médio dos demais profissionais**
- * **Em dois anos** : Planos de carreira para os profissionais em todos os sistemas
- * Garantir por lei **nomeação comissionada de diretores** vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar
- * **Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir 7% do PIB do país**

PNE na ponta do lápis

“ **VALOR** ” , 18 de maio de 2011, p. A7

(Hoje) **0 a 03 anos** (2020)

1,9 milhão de matrículas / 4,8 milhões

EP com 50% tempo integral

1,13 milhão de matrículas / 11,3 milhões

EJA com ensino técnico

22,1 mil matrículas / 845,1 mil matrículas

Professores EB com pós

484,6 mil / 989,9 mil

Salário equiparado com outros de nível superior

Outros : 60% maior em média / 60% a 1,9 milhão de profs.

As manchetes de 2010-2011

País só cumpre 33% de metas do PNE 2001-2010

17 Estados não têm Planos Estaduais de Educação

95% dos municípios não têm Planos Municipais de Educação
2011 : Valor investido pelo governo fica abaixo (R\$ 1.722,05)
do CAQi em 22 Estados (*)

Reprovação em Massa: Avaliação do MEC reprova 39% das
instituições de ensino superior

... E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2001 ?

Lei 10.172 de 2001

Elevação Global do Nível de Escolaridade

Melhoria da Qualidade do Ensino

Redução das Desigualdades Sociais e Regionais no tocante ao acesso, permanência e sucesso escolar

Democratização da Gestão do Ensino Público

Atenção

Pesquisadores de universidades federais avaliaram o **PNE** no período de **2001 a 2008**, incluindo dois anos de **FHC** e seis de **Lula**

Relatório PNE 2001-2010 (1)

O plano previa que **50%** das crianças de 0 a 3 anos estivessem matriculadas em creches até 2010, meta repetida para 2020.

Mal chegamos a 30%.

De 15 a 17 anos, **16%** estão fora da escola. Na **educação superior**, o plano previa **30% dos jovens**. Em 2008, o índice estava em 13,7%.

Relatório do PNE 2001-2010 (2)

A erradicação do analfabetismo está longe de ser alcançada.
14 milhões de pessoas de 15 anos ou mais não sabem escrever.

Para **João Oliveira**, da UFG (Universidade Federal de Goiás), uma das principais causas **da baixa execução do PNE** foi o veto em **2001** à meta que previa **7% do PIB** para a educação até 2010. **FHC** terminou seu mandato com **4,8%**. O veto foi mantido em 2009 no Congresso, contra nosso voto. **Em 2009 chegamos a 5,1 % do PIB.**

Enquanto isso ...

Carga Tributária Bruta e Gastos Públicos em Educação 1995-2005

O aumento da carga tributária foi destinado ao pagamento de encargos financeiros do governo federal

Percentuais do PIB

1995 -	27,2 %	/	4.0 %
1997-	26.9 %	/	3.6 %
2000-	30 %	/	4.0%
2002 –	32.4%	/	4.1 %
2005 -	33.7 %	/	4.0%

Fonte : “Financiamento da Educação Pública no Brasil : Evolução dos Gastos “ –
CASTRO, Jorge Abrahão – em Educação e Federalismo no Brasil,Unesco, 2010

PNE 2011-2020 : Aspecto crítico preliminar

“O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a **emancipação humana** (...). Para que serve o sistema educacional - **mais ainda quando público** - se não for para lutar contra a alienação? Para ajudar a decifrar os enigmas do mundo (...) ?

Emir Sader- Prefácio em “Educação para Além do Capital”, Iztvan Meszaros, Boitempo, São Paulo 2004

Educação e Sociedade

PNE 2011-2020 não traz sequer uma introdução sobre as relações educação e sociedade e omite seus fundamentos sócio-filosóficos

- 1. Que valores a escola deve construir ?**
- 2. Qual é papel da cultura e da economia local na sociedade globalizada e dependente ?**
- 3. Como a gestão democrática da escola e da educação interferem na gestão democrática da sociedade ?**

Demais aspectos críticos

1. Novo **PNE** não traz avaliação do PNE de 2001-2010
2. Apresenta só em **maio** um diagnóstico atualizado
3. Novo **PNE** não propõe sistema nacional de gestão democrática
4. É tímido em diversas metas
5. Novo **PNE** tem % de financiamento para 2020 que retroage a 2001
6. Meta de **valorização** é também tímida

Mitos sobre o PNE anterior

1. Tinha excesso de metas e não apresentava metas qualitativas
2. Não havia recursos

Argumentos contra os mitos

1. Novo **PNE** tem maior número de referências (**Diretrizes + Metas + Estratégias**) e só duas qualitativas;
2. **Carga Tributária**: De **24%** para **38%** do PIB (1994-2008)
3. **2000-2007** : Combate à inflação com juros altos levou **R\$ 1,267** trilhão do tesouro. **Gastos federais em educação** : **R\$ 149 bilhões**
(**Ipea, Comunicado 14, de 12-11-2008**)

Desafios

1. Universalização em todos os níveis da EB, aumento % da população dos **18 aos 24 no nível superior**
2. Permanência com qualidade
3. Mais investimentos (**mínimo de 10% do PIB**)
 4. Sistema Nacional de Gestão
 5. Valorização dos Profissionais
 6. Erradicação dos analfabetismos
 7. Superação das desigualdades
8. **Valores** : Um novo PNE para uma nova sociedade (**humanismo, ética, justiça social, solidariedade**)

O desafio dos investimentos

O país tem capacidade fiscal para investir o dobro do que investe em educação.

O país tem movimentos sociais, entidades sindicais, acadêmicas, estatísticas, pós-graduação e uma **massa crítica de educadores comprometidos**, com capacidade de análise e de mobilização pela educação pública de qualidade. **Por que não fazê-lo?**

Sites para consulta

Câmara Federal – www.camara.gov.br

Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos

www.inesc.org.br

www.pdt.org.br

www.mec.gov.br

www.cnte.org.br

www.paulorubem.com.br

www.sinprofaz.org.br

www.anfip.org.br

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

www.campanhaeducacao.org.br

Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito?

